

12/13 anos de escolaridade obrigatória Para quando? E como?

No debate actual sobre escolaridade obrigatória, são muitos os que defendem uma escolaridade obrigatória de 12 anos (13 se incluirmos um ano do ensino pré-escolar). Prevê-se que em 2015, na maioria dos países desenvolvidos, 75% da população estará habilitada com o nível do ensino secundário. Como concretizar este objectivo, no nosso país, se todos os anos cerca de 40 mil alunos saem das nossas escolas sem a escolaridade obrigatória de 9 anos?

Como concretizar este objectivo quando com esta notícia lemos algumas conclusões de um trabalho de investigação realizado por uma equipa coordenada por Manuel Sarmento do Instituto de Estudos da Criança (Universidade do Minho) indicando que 12% das crianças em escolaridade obrigatória, no vale do Cávado, têm uma intensa carga de trabalho e 40% dessas crianças, na sua maioria a frequentar o 1.º ciclo, desempenham alguma actividade comercial ou industrial?

Tendo em conta, que o universo investigado abrange escolas (frequentadas por cerca de 2000 alunos) que eram Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) e ainda que nestas escolas, segundo o relatório oficial de Novembro de 2001, a taxa de abandono escolar foi, de facto, diminuindo ao longo dos últimos anos, se outras escolas, não abrangidas neste projecto TEIP, fossem envolvidas neste estudo, as conclusões ainda seriam mais preocupantes.

E depois da escolaridade obrigatória, qual o panorama?

Actualmente cerca de 80% da população portuguesa não ultrapassa o nível de ensino básico e a qualificação profissional de nível III é inexpressiva, sendo Portugal o país da Europa com a mais baixa percentagem de conclusão do secundário e menos formação profissional. Estará a escolaridade obrigatória a cumprir o seu papel de contribuir para os mais desfavorecidos e menos instruídos ultrapassarem as suas desvantagens iniciais? O trabalho infantil, continua a ser um dos factores que contribui para esta baixa qualificação profissional, pois a notícia refere que, segundo os investigadores, "o ingresso num trabalho intenso arrasta a diminuição de expectativas de mobilidade social e de qualificação profissional".

Portugal, segundo os dados da Eurostat, é de facto, na União Europeia, o país com as mais baixas qualificações e maior percentagem de abandono escolar após o 9.º ano (cerca de 45%, sendo a média europeia de 19,3%). Para além disso, são também preocupantes as taxas de insucesso no ensino secundário (apenas 25% dos alunos concluem a formação secundária ao fim dos três anos), os problemas de qualificação de adultos e de jovens e os problemas de adaptação a novas profissões.

Assim, se todos os anos novas avalanches de pessoas não qualificadas entram na vida activa e, se ainda, segundo estudos publicados recentemente, somos um país sem iniciativa, pouco empreendedor e com medo de errar, será o caminho certo continuar a propor currículos uniformes que aumentam mais as diferenças?

A caminhada não terá de ser inversa, ou seja, qualificar os que estão dentro da escolaridade e integrar os adultos em novos ciclos de aprendizagem, o que passará certamente pela certificação de adquiridos e pela educação em alternância (na escola e em ambiente de trabalho)?

Nos últimos anos têm sido intensamente debatidas propostas que apontam para a diversificação de programas e para o desenvolvimento de competências e atitudes adequadas a uma sociedade moderna em mudança permanente. Mas estas mudanças tornar-se-ão efectivas sem uma mudança na estrutura e filosofia do ensino secundário? Programas e exames iguais para todos não são factores que contribuem para a desigualdade? Não terá a sociedade de fazer um esforço de compreensão e adaptação a estas ideias, de forma a recuperar algum do nosso atraso cultural?

Isabel Rocha, ESE de Leiria
Manuela Pires, Esc. Sec. Eng. Acácio Calazans Duarte

REPORTAGEM Trabalho infantil

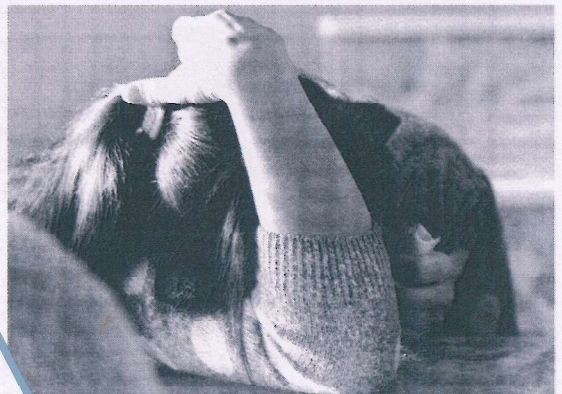
Meninos que não são meninos

Estudo da Universidade do Minho revela haver uma percentagem elevada de crianças do vale do Cávado a trabalhar

ELISA COSTA E SILVA

No vale do Cávado, 12 por cento das crianças em escolaridade obrigatória têm uma intensa carga de trabalho. Este é o resultado de um projecto de investigação que demonstra que o trabalho infantil continua a ser uma realidade muito forte e desigualdade em Portugal.

Nesta região do Minho, o número de crianças a trabalhar intensivamente é o triplo do que acontece em Portugal. A média nacional de menores com actividade económica, aferida no ano passado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, é de 4,2 por cento.



In Diário de Notícias 27 de Outubro 2002.

Nesta região do Minho, o número de crianças a trabalhar intensivamente é o triplo do que acontece em Portugal. A média nacional de menores com actividade económica, aferida no ano passado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, é de 4,2 por cento.